

Práticas de governo da família pelo UNICEF no Brasil

Practice by the government of the family in Brazil UNICEF

Flávia Cristina Silveira Lemos; Diana da Silva Nobre; Fernanda Cristine dos Santos Bengio; Francidalva Costa Paulo; Fábio Brito Ferreira

Universidade Federal do Pará

RESUMO:

O artigo traz uma análise das práticas do UNICEF frente às famílias brasileiras a partir de uma pesquisa histórica, de caráter documental, utilizando diversos relatórios do Fundo das Nações Unidas para a Infância como fonte primária. Crianças e adolescentes são um segmento da população alvo de governo dessa agência multilateral por meio da medicalização de seus familiares, em nome da proteção e defesa dos direitos humanos. O estudo compõe uma rede mais ampla de análises de documentos de organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), buscando auxílio teórico e metodológico nos instrumentos legados por Michel Foucault em diálogo com diferentes contribuições.

Palavras-chave: UNICEF; Governo; Famílias brasileiras

ABSTRACT:

The article analyzes the practices of UNICEF in the face of Brazilian families from historical research, was document by using various reports of the United Nations Children's Fund as the primary source. Children and adolescents are a segment of the target population of this government agency multilateral through the medicalization of their relatives, in the name of protecting and defending human rights. The study comprises a larger network of analysis of documents related bodies of the United Nations (UN), seeking assistance in the theoretical and methodological instruments bequeathed by Michel Foucault in dialogue with different contributions.

Key-words: UNICEF; Government; Brazilian Families

Este texto é fruto de trabalho de pesquisa em andamento, em nível de iniciação científica, na graduação de psicologia, com bolsa PIBIC, em que são analisados, com as contribuições das pistas genealógicas em Michel Foucault, relatórios do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), recortando os discursos desse organismo voltados para a gestão da família como dispositivo de controle de crianças e adolescentes.

O UNICEF é um órgão ligado às Nações Unidas (ONU), criado durante a II Guerra Mundial, em 1946, com o objetivo de oferecer atenção às famílias dos soldados que participaram desta guerra. Com o fim da guerra, essa agência multilateral amplia suas práticas, promovendo a saúde materno-infantil em países que classifica como em desenvolvimento, entre eles o Brasil, sendo que o primeiro escritório do UNICEF instalado no país foi o de João Pessoa/PB, em 1950 (ROSEMBERG, 2003).

Na década de mil novecentos e sessenta, o UNICEF especifica seu raio de intervenções para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, sem deixar de se dirigir aos familiares desse segmento da população, todavia, com o objetivo de gerir crianças e adolescentes em uma proposta de família medicalizada e medicalizante.

O discurso dessa agência das Nações Unidas, assim como dos outros organismos ligados à ONU estão assentados em um modelo de assistência funcionalista e sistêmico, funcionando em uma rede flexível de serviços oferecidos por organismos governamentais e não-governamentais, em nome da produção da segurança e da paz mundial (AMMANN, 2003).

Como ação singular, os agentes do UNICEF elegem a primeira infância como principal fase do desenvolvimento do ser humano a necessitar de cuidados especiais, em uma perspectiva preventiva, sobretudo a faixa de zero a seis anos. Consideram que esse é um tempo privilegiado de realizar investimentos, em uma perspectiva que coloca em diagonal: direitos humanos com economia política e com segurança mundial. Kramer (2003) menciona que uma das preocupações do UNICEF é a proteção à criança como o principal motor de fomento ao desenvolvimento de uma nação.

A pré-escola infantil de massa, no Brasil, é criada justamente por iniciativa do UNICEF e da UNESCO, outro organismo ligado a ONU, como veículo de integração social e como uma política de cunho mais assistencial do que do âmbito da educação (ROSEMBERG, 2003). “Durante a década de 60, o UNICEF e outras agências ligadas à ONU, como a UNESCO, ampliavam sua atuação em relação à infância e reconheciam sua atuação em relação à infância e reconheciam, ainda, a importância da ‘educação como preparação para a vida’. (...) Aumentava a crença na importância de se preparar crianças e jovens para contribuir mais tarde para o desenvolvimento de seus países” (KRAMER, 2003: 77).

Atrela-se a este modelo a idéia de modernização e promoção da paz social. A ONU, através de suas agências, passa a atuar junto aos diversos setores da sociedade, com a oferta de projetos de extensão da Universidade, junto às cooperativas e também junto aos representantes de igrejas, sobretudo dos movimentos eclesiais de base. O objetivo principal era acionar estratégias de ajustamento social das populações que potencializavam qualquer tipo de ameaça à ordem social.

Na atuação designada como de proteção às crianças e aos adolescentes, a família é apresentada como a instituição da maior importância para a coesão social. Privilegia-se a educação da mulher e mãe como agente central de manutenção da ordem no espaço familiar e como instrumento de gestão da criança e do jovem. Utiliza-se a gestão dos corpos de mulheres para governar a família e a prole como um todo.

...a mulher desempenha o papel de guardiã da moral, e representa o símbolo da veneração enquanto mãe, devoção, enquanto esposa e benevolência, enquanto filha. Onde o Desenvolvimento de Comunidade naquela época privilegiar a educação da mulher quer orientando-a diretamente no lar, através das visitas domiciliares, quer na organização de grupos de jovens, de donas de casa, de gestantes, de nutrizes etc. (AMMANN, 2003: 41).

Desse modo, a mulher que, na época colonial, estava submetida ao marido, ao lado dos filhos e dos escravos, passa a ser valorizada como esposa e mãe, ganhando maior autoridade e responsabilidade pelo espaço doméstico, o que relativiza o poder do marido no núcleo familiar (VIEIRA, 2002). É neste momento que discursos de saber-poder médicos irão defender uma essência feminina para a gestação, para o cuidado, para o matrimônio, desqualificando assim a suposta “mãe desnaturada” que foge à norma. Assim:

A idéia de ‘natureza feminina’ baseia-se em fatos biológicos que ocorrem no corpo da mulher – a capacidade de gestar, parir e amamentar, assim como também a menstruação. Na medida em que essa determinação biológica parece justificar plenamente as questões sociais que envolvem esse corpo, ela passa a ser dominante como explicação legítima e única sobre aqueles fenômenos. Daí decorrem idéias sobre a maternidade, instinto maternal (VIEIRA, 2002: 31).

A mulher foi escolhida como uma agente de manutenção da ordem; logo, seu papel era enaltecido e considerado de suma relevância, pois, para os positivistas e também para os funcionalistas, a ordem era um pré-requisito para que o progresso se tornasse uma realidade. A população deveria ser convocada a esquecer as diferenças de classe, etnia, gênero, faixa etária, credo político e religioso, para resolver os problemas coletivos e propiciar o bem-estar da comunidade, se unindo para o enfrentamento de seus problemas.

Todos deveriam concentrar esforços para manter a estabilidade social, integrando os indivíduos dispersos e rebeldes a esta lógica, sendo que a família, a mulher e a comunidade são solicitadas na tarefa de executar o governo de crianças e adolescentes (AMMANN, 2003).

Para esta empreitada, os articulistas das agências multilaterais insistiam na necessidade de ruptura com tradições, modos de vida, crenças e atitudes por meio do dispositivo de uma educação em novos valores, como: os de “colaboração” e os de “responsabilidade”, de acordo com Pareschi (2002). Esta autora ressalta que os organismos multilaterais passaram a contratar o trabalho de cientistas sociais que operassem o lugar de facilitadores da ruptura das expressões culturais e sociabilidades destes grupos que impediam o projeto de modernização e desenvolvimento capitalista proposto pela ONU e suas agências.

O contexto local ganha destaque no incentivo do desenvolvimento da comunidade e os organismos internacionais começam a estimular e motivar os pequenos grupos a unirem-se em prol da resolução de seus problemas, ao invés de reivindicar direitos e lutar pela garantia destes. A idéia era assegurar o controle social através de uma educação para a paz e do convite à participação de maneira acrítica e apolítica, destacando a mulher, a família e a comunidade como gestores privilegiados das crianças e jovens brasileiros.

Sawaia (2005) assinala como a exaltação da comunidade é vista, a partir do final do século XX, como uma utopia de união entre os povos, no processo de globalização. Para essa autora, o desenvolvimento da comunidade estava embasado em um viés preventivo, tendo na educação sua fonte de difusão principal.

Sua tese sociológica central era a crença na modernização cultural e econômica, como via de progresso, através de reformas de base na agricultura, indústria e nos valores e atitudes da população. Comunidade era entendida como unidade consensual, sujeito único e homogêneo, lugar de gerenciamento de conflito e de mudanças de atitude. Sua prática visava a união de esforços entre povo e autoridade governamental para melhorar as condições de vida de comunidades e, através delas, integrar a sociedade nacional, construindo a prosperidade do país. E sua delimitação era espacial/geográfica (SAWAIA, 2005: 45).

Percebe-se a extensão das ações do UNICEF nos países da América Latina, entre outras nações concebidas por esse organismo como atrasadas e pobres, imputando este atraso à falta de recursos e projetos de assistência às crianças e à juventude, em parte. Com fins políticos e econômicos claros, o UNICEF inicia uma política cada vez mais

interventiva pela proteção às crianças e aos adolescentes como estratégia de redução da pobreza destes países, na tentativa de modernizá-los e de enquadrá-los em uma racionalidade utilitarista de capitalismo global (ROSEMBERG, 2003). Os organismos multilaterais ligados às Nações Unidas, como o UNICEF, exercem estratégias sobre os países-membros, entre eles o Brasil, pautadas em uma governamentalidade: “[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1979: 291-292).

O UNICEF cria escritórios sediados nas principais capitais dos estados de seus países-sede e passa a desenvolver estudos detalhados sobre a situação da infância e condições de vida e assistência das crianças e adolescentes pobres pertencentes aos países considerados em desenvolvimento. Publica relatórios, organiza seminários e eventos de grande porte para discutir e divulgar seus pressupostos de proteção e integração social das populações empobrecidas, focando, em especial, a primeira infância e, por fim, disponibilizando a assessoria de seus técnicos para o planejamento e implantação de projetos voltados para as crianças e os adolescentes das camadas populares.

A partir destas considerações, passamos a apresentar a análise de alguns relatórios publicados pelo UNICEF, na década de mil novecentos e noventa, a respeito da situação da infância brasileira. Para o UNICEF, a primeira infância é um “tempo de semear” (UNICEF, 2001: 08-09), como se os momentos posteriores da vida fossem reflexos e desdobramentos deste inicial e a formação do adulto submisso e produtivo dependesse, sobretudo, deste primeiro instante.

A proteção da criança é vista como um investimento que trará um retorno, no futuro, quando ela se tornar o adulto disciplinado e submisso esperado pelos gestores da ordem. Proteger a criança, para o UNICEF, é prevenir gastos futuros com serviços de assistência social e com políticas de segurança. E o que é mais inquietante é pensar estas categorias como universais, como propõe o UNICEF.

A primeira fase da vida é fundamental para o desenvolvimento e tem um impacto importante na situação social, psicológica e econômica da criança. Nessa fase, ela precisa ser estimulada, brincando, cantando e falando, além de receber atendimento em saúde, educação e apoio afetivo da sua família e de serviços públicos competentes. É nesse sentido

que o UNICEF atua segundo os dois eixos: a sensibilização e capacitação das famílias, a fim de ajudar a fortalecer suas competências para cuidar de seus filhos, e a mobilização e capacitação dos órgãos governamentais a fim de melhorar e aumentar os serviços para essa faixa etária (UNICEF, 2002a: 06).

Neste relatório, será dada ênfase especial à primeira fase de vida da criança, ou seja, da gestação aos primeiros anos de vida de meninas e meninos. Pretende-se apontar os investimentos, políticas e programas, cuidados e atenções especiais que devem ser dedicados a esse crucial momento da vida de todos nós (UNICEF, 2001: 06).

Para garantir o que os consultores do UNICEF denominam um “bom começo de vida”, a criança deve crescer em um “ambiente familiar seguro e tranqüilo” (UNICEF, 2001: 09). Para o UNICEF, os estímulos e cuidados oferecidos pelos pais e familiares da criança, nos primeiros anos de vida, bem como as variáveis faixa etária e escolaridade destes pais, o aleitamento materno e a imunização através das vacinas seriam os principais norteadores da promoção do desenvolvimento infantil: “(...) nos primeiros anos de vida das crianças, (...) seus pais e familiares são suas mais importantes, quando não únicas referências.” (UNICEF, 2001: 11); “O ideal é que as mães sejam maduras para cuidar de seus filhos” (UNICEF, 2001: 09).

Esta concepção está amplamente baseada nas práticas de médicos psicanalistas. Badinter (1985) afirma que os discípulos de Freud, após a II Guerra Mundial, passaram a divulgar manuais de instrução de como os pais, e sobretudo a mãe, deveriam cuidar dos filhos, principalmente na primeira infância. A autora ressalta que os trabalhos do médico pediatra e psicanalista Winnicott divulgaram uma concepção de aleitamento materno como a primeira prova de amor da mãe pelo bebê. A concepção de uma mãe devotada à maternidade, instruída para desempenhar este papel é afirmada em todo o relatório, em consonância com as recomendações de inúmeros especialistas da primeira infância, desde a segunda metade do século XIX.

No relatório da UNICEF “Família brasileira fortalecida”, publicado no Brasil, pode-se notar como as prescrições desta agência se voltam para a mãe-mulher como agente de governo da criança, desde a gestação. O UNICEF fornece, em suas cartilhas, um passo-a-passo definindo o que é ser mãe, arbitrando a respeito de cada detalhe da maternidade, naturalizando um modo de ser mãe-mulher.

Podemos citar alguns exemplos de perguntas que guiam estes manuais e cartilhas: Como e por que amamentar? Que tipo de parto é ideal e por que fazê-lo? Qual a idade ideal para ser mãe? Como planejar a maternidade? Que informações as mães devem ter para

cuidar de seus filhos? Como a mãe deve organizar a casa para receber seu bebê? Que tipo de alimentação a mãe deve oferecer aos seus filhos? Questões como estas são exemplos de intervenções deste organismo na construção de um modelo de mulher-mãe. Desta forma, a maternidade pautada em um modelo ideal configura-se a partir de um conjunto de práticas dos assessores do UNICEF.

Deleuze (2004) interroga o fato de que os pais tenham tamanha responsabilidade pelos filhos, o mundo não começa em papai-mamãe, não é derivado deles; o que fazem é abrir e fechar portas, ou seja, ser pontes que conectam a criança com o mundo. O que o autor coloca em xeque é a centralização da família nuclear, sobretudo da mãe, no cuidado e educação de crianças que foi se instituindo por práticas médicas, psicológicas, pedagógicas, do direito e da psicanálise, em aliança com a formação dos Estados nacionais.

A concepção de que a família seria a base da sociedade, tendo na criança seu elemento central, devendo receber todas as atenções dos pais aparece, com frequência, nas práticas do UNICEF. Esta afirmação ganha força na publicação do livro “Família brasileira: a base de tudo”, iniciativa do UNICEF. Nele, a família é percebida como a principal responsável pela proteção da criança e do adolescente.

Toda a pauta a respeito da proteção da criança e do adolescente prevista pelo UNICEF centraliza a família como responsável direta pela situação da infância classificada como em perigo e como perigosa. A questão da proteção resume-se basicamente à capacitação dos pais, à aquisição de conhecimentos psicopedagógicos de higiene e nutrição. Há uma proliferação discursiva prescrevendo como os pais devem cuidar de seus filhos; como devem alimentar; vestir; educar; dosar os afetos; promover a saúde; estimular os filhos através de brincadeiras, entre muitas outras recomendações. Este processo fica evidente no documento que analisamos (UNICEF, 2007):

os cuidados afetivos, educativos e de saúde que a família proporciona à mulher gestante e à criança nos seus primeiros anos de vida são decisivos para seu desenvolvimento integral e para garantir um bom começo de vida (...). Para atingir as crianças e os adolescentes nas suas três fases de vida, a principal parceira do UNICEF é a família. (...) O UNICEF, com outros parceiros, prioriza a família: organiza campanhas, produz materiais educativos, apóia projetos de prevenção da violência contra meninas e meninos dentro do ambiente familiar, estimula programas de capacitação das famílias (UNICEF, 2002a: 03).

Nos seus primeiros anos de vida, a principal referência da criança é a família com a qual ela vive. É da família que ela vai receber apoio afetivo, alimentação, cuidados de saúde e que ela vai aprender a falar, brincar, cantar, interagir com os outros. A criança precisa do pai e da mãe. Homens e mulheres estimulam-na de maneira diferente (UNICEF, 2002a: 09).

Deste modo, os relatórios do UNICEF irão compor um conjunto de práticas disciplinares de como as mães deve cuidar das crianças, pretendendo-se transformá-las em corpos dóceis. Ou seja, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 1999, p.118). O UNICEF se considera o divulgador principal dos saberes de como gerir crianças, mantendo assim relações de forças com as famílias, que vêm acompanhadas de práticas concorrentes à médica.

Cuidar de crianças pequenas não é fácil. O UNICEF procura ajudar as famílias a lidar da melhor forma possível com as crianças de até 6 anos de idade. Para isso as famílias são capacitadas para ensinar os filhos cuidados com saúde e higiene, alimentação equilibrada com micronutrientes e para estimular as crianças física e psicologicamente. O UNICEF produz materiais de orientação para os pais e capacita agentes comunitários de saúde, que repassam essas informações para as famílias (UNICEF, 2002a: 09).

Em determinados segmentos da sociedade, há uma demanda crescente à consulta dos pais aos especialistas e à literatura de cuidados com a infância. Os técnicos prescrevem a importância da família se fundamentar na ciência frente à tarefa educacional dos filhos, sob pena de cometer algum tipo de negligência em relação aos mesmos. É nesta lógica que o UNICEF apóia e financia projetos de capacitação da família quanto à promoção do desenvolvimento infantil, publicando materiais, organizando congressos e ampliando a rede de controle das famílias através do cerco criado pelos agentes comunitários de saúde, que objetiva profissionalizar os pais.

A questão da violência doméstica também é explicada como efeito direto da falta de informação sobre o desenvolvimento infantil dos pais das crianças vitimizadas. Grande parte da problemática da violação dos direitos das crianças parece girar pela causa privilegiada da não competência letrada da família quanto ao desenvolvimento infantil, em seu passo-a-passo: “estudos revelam que a principal violência contra a criança pequena é a doméstica. E a criança que conhece a violência em casa muito provavelmente entenderá que a violência é a única maneira de solucionar conflitos, e reagirá violentamente. Outros estudos indicam que a falta de preparo e de apoio para os pais resulta em atos de violência contra crianças muito pequenas” (UNICEF, 2001: 38).

A prática de gerenciamento de riscos, tão difundida na atualidade, parece passar, para o UNICEF, pelo desenvolvimento de competências da família para cuidar e educar os filhos. Mas o que é competência? Quem tem ou não competência?

O uso deste termo nos lembra a discussão de Chauí (1983) sobre a fala autorizada e o discurso competente. Para a autora, produz-se uma desqualificação das práticas de certos grupos sociais e valoriza-se, em contraposição, a fala dos especialistas. É nesta ótica que se colocam as práticas do UNICEF, pressupondo que proteger crianças e adolescentes pobres é ensinar seus pais a cuidar de certa maneira, que o UNICEF nomeou como “promoção do desenvolvimento de competências da família”.

Também é recomendada aos pais a obrigação de matricularem os filhos em pré-escolas, com o objetivo de estimular a socialização das crianças. Quanto mais cedo ingressarem na escola e receberem estímulos dirigidos, maiores serão as chances de sucesso profissional futuramente, de acordo com os adeptos das pedagogias modernas que assessoram o UNICEF. Este dever é construído por inúmeros discursos, entre eles o do UNICEF e de seus parceiros, como no exemplo: “é importante que a criança frequente espaços de educação infantil (...) e seja bem preparada para o ingresso na escola” (UNICEF, 2002a).

A família também é concebida como fundamental na adolescência, pelo UNICEF, sendo pensada como espaço privilegiado de socialização e de continência dos impulsos e conflitos, que esse organismo internacional considera como próprios deste período.

A família, contexto primeiro de socialização das pessoas, é espaço privilegiado na oferta de boas condições de desenvolvimento humano. Quando se fala das crianças pequenas, o papel da família parece evidente. Mas a família também tem função primordial no desenvolvimento dos adolescentes. (...) O adolescente sempre se comunica por seus atos contestatórios. Precisa, portanto, de canais de comunicação com sua família para processar suas angústias e amadurecer em direção a uma postura adulta na família e na sociedade (UNICEF, 2002b: 13 e 21).

A terceira fase da vida é quando o adolescente aprende a se posicionar diante do mundo, quando afirma sua própria personalidade e se prepara para a vida adulta. (...) O UNICEF procura contribuir para uma vivência profunda e equilibrada da adolescência, com a participação fundamental das famílias dos adolescentes e de suas comunidades (UNICEF, 2002a: 13).

A adolescência é a terceira oportunidade de fazer bons investimentos. Esse é um período de desenvolvimento para jovens em todos os aspectos: físico, emocional, psicológico, social e espiritual. (...) também é um período perigoso. (...) A sociedade e os meios de comunicação levam os adolescentes a desenvolver valores de consumo enquanto, muitas vezes, sequer têm acesso aos bens de primeira necessidade (UNICEF, 2002a: 14).

Vigiar atentamente os filhos, estar próximo, cuidar com afeto, mantê-los limpos, levá-los à escola, impedir que os adolescentes entrem em conflito com a lei, dar-lhes estabilidade e acompanhá-los cotidianamente são regras indicadas aos pais pelos assessores da referida agência multilateral.

Ao mesmo tempo, o sistema de submissão dos filhos aos pais não é alterado, obediência é uma palavra que permanece mediando essa relação. Esta prescrição é bem presente nos relatórios do UNICEF como política de proteção das crianças e adolescentes, no Brasil. A minúcia do cuidado é enfatizada pelos manuais de puericultura: como amamentar, como vestir, que alimentos são nutritivos e em que horários, como exercitar as crianças, como estimular o aprendizado através de brincadeiras, que locais frequentar com os filhos, enfim, uma nova cartilha regeria a atenção da família com as crianças e adolescentes.

Ao problema 'das crianças' (quer dizer de seu número no nascimento e da relação natalidade - mortalidade) se acrescenta o da 'infância' (isto é, da sobrevivência até a idade adulta, das condições físicas e econômicas desta sobrevivência, dos investimentos necessários e suficientes para que o período de desenvolvimento se torne útil, em suma, da organização desta 'fase' que é entendida como específica e finalizada). Não se trata, apenas, de produzir um melhor número de crianças, mas o de gerir convenientemente esta época da vida. (...) A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva o corpo da criança. (...) organiza-se como o meio mais próximo da criança, tende a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e de evolução (FOUCAULT, 1979: 198-9).

A família é concebida como o lugar natural e o mais importante para o que se postula como desenvolvimento da criança e do adolescente. E se os familiares se omitirem de suas funções supostamente naturais, serão penalizados e submetidos a uma série de mecanismos de vigilância de diversos equipamentos sociais, médicos e psicológicos. Em último caso, da justiça.

A concepção da família como a base da sociedade afirmada pela filosofia positivista comteana continua em voga na gestão das populações pelo Estado e por organismos internacionais. A bandeira da construção da paz através da manutenção da ordem para o desenvolvimento em direção ao progresso permanece, sendo até mesmo revitalizada pelas posturas políticas pautadas em uma ética utilitarista, na atualidade.

Operou-se uma mudança radical, pois, segundo Ariès (1981), da Idade Média até o século XVIII, a comunidade determinava mais o destino dos indivíduos do que a família.

Era a comunidade quem demarcava as fronteiras entre os direitos e deveres dos indivíduos. A afetividade era difusa, não se concentrava na família e nas relações entre pais e filhos.

A família e a cidade foram submetidas a um intenso processo de medicalização, sendo que a família foi o principal instrumento das práticas higiênicas. “O corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado, a distribuição medicamente perfeita dos indivíduos, dos lugares, dos leitos, dos utensílios, o jogo do ‘cuidadoso’ e do ‘cuidado’, constituem algumas das leis morais essenciais da família. (...)” (FOUCAULT, 1979: 199).

A família constituiu-se como o lugar por excelência da felicidade, da expressão de afetos, núcleo essencial da sociedade, destacando-se em relação às outras instituições, sendo, portanto, extremamente valorizada. Nela, deve ser garantida a educação, a assistência, o desenvolvimento, a segurança, satisfazendo as necessidades de seus membros, promovendo o bem-estar de cada um deles (CAPONI, 2000).

A infância e a família modernas emergem como efeito de práticas discursivas, de poder e subjetivação. A composição e o confronto de forças, ao acaso, produzem novos objetos. Um regime de enunciação e de visibilidade separa os corpos, os categoriza, define, compara, os diferencia. As práticas do UNICEF se exercem enquanto tecnologias disciplinar e biopolítica, simultaneamente, visto que suas práticas de controle do corpo repercutem em aspectos de controle populacional, saúde da população, modos de vida e também no plano do corpo anatômico individual, forjando subjetividades dóceis e produtivas.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracterizada um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 1988:152).

Tal análise com esta obra de Foucault é de fundamental importância para compreendermos de que forma os relatórios da UNICEF se efetuam enquanto práticas discursivas que defendem um modo de configurar uma família, de ser mulher-mãe, de conceber cuidados com as crianças e adolescentes: “Um ambiente calmo e organizado dá mais tranquilidade para o bebê” (UNICEF, 2007: 16); “A família é responsável pela proteção e segurança da criança” (UNICEF, 2007: 26); “Ficar sempre perto da mãe ajuda o

bebê a se desenvolver” (UNICEF, 2007: 09); “O bebê começa a conhecer o mundo por meio de sua relação com a mãe” (UNICEF, 2007: 11); “A higiene é muito importante para a saúde e o conforto do bebê” (UNICEF, 2007: 29); “A criança aprende com a família a cuidar da higiene, do corpo, da casa e na comunidade” (UNICEF, 2007: 10).

Dessa forma, a infância surge através de discursos e práticas médicas, pedagógicas, psicológicas, estatais, demográficas, econômicas, políticas de governo da vida e de ampliação das habilidades e capacidade de produção dócil, em uma sociedade capitalista. A vida como um valor, o corpo "saudável e limpo", a casa higienizada e a conjugalidade centrada nos filhos será recomendada às classes pobres através da escola, da política habitacional, da higiene da cidade e dos órgãos da vigilância sanitária, das instituições de assistência e previdência, da medicina coletiva, enfim, de toda uma tecnologia política de controle, vigilância e correção dos corpos.

Observa-se, portanto, que é o corpo-espécie individual e coletivo que será o principal alvo das políticas do UNICEF e que toda a pauta a respeito da proteção da criança prevista pelo organismo multilateral centraliza a família como responsável direta pela situação da infância. A partir desta premissa, as práticas do UNICEF se voltam para o financiamento e suporte técnico aos projetos de capacitação das famílias através de agentes comunitários e da produção de cartilhas, ensinando minuciosamente às famílias como cuidar dos filhos.

Fontes primárias

UNICEF. Família brasileira fortalecida. Brasília: UNICEF, 2007

UNICEF. Relatório Fazer valer os Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Brasília: UNICEF, 2002a.

UNICEF. A infância brasileira nos anos 90. Brasília: UNICEF, 1998.

UNICEF. Relatório Situação da infância brasileira. Brasília: UNICEF, 2001.

UNICEF. Situação da adolescência brasileira. Brasília: UNICEF, 2002b.

UNICEF. Relatório da Situação da Infância e adolescência brasileiras: diversidade e equidade. Pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Brasília: UNICEF, 2003.

Referências

- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento da Comunidade no Brasil. 10a. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BADINTER, Elizabeth. Um Amor Conquistado: o mito do amor materno. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CAPONI, Sandra. Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DELEUZE, Gilles. Crítica e clínica. Rio de Janeiro: editora 34, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- _____. História da Sexualidade I: a vontade de saber. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PARESCHI, Ana Carolina. Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília/UNB, 2002.
- ROSEMBERG, Fúlvia. “A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional”. IN: FREITAS, M. C. de (org.) História Social da Infância no Brasil. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.
- SAWAIA, Bader. “Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade”. In: CAMPOS, H. de F. (org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005, p. 35-56.
- VIEIRA, Elizabeth Meloni. A Medicalização do corpo feminino. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

Flávia Cristina Silveira Lemos, Professora adjunta de psicologia
social/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFPA
E-mail: flaviacslemos@gmail.com

Diana da Silva Nobre, estudante de psicologia/UFPA, bolsista PIBIC

Fernanda Cristine dos Santos Bengio, estudante de psicologia/UFPA,
bolsista PIBIC

70 Flávia Cristina Silveira Lemos; Diana da Silva Nobre; Fernanda Cristine dos Santos Bengio; Francidalva Costa Paulo; Fábio Brito Ferreira

Francidalva Costa Paulo, estudante de psicologia/UFGA

Fábio Brito Ferreira, estudante de psicologia/UFGA, ex-bolsista PIBIC